

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar

Período de Análise: 01/06/2014 a 30/06/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Incra/SC auxilia assentados na renegociação de dívidas com Pronaf – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/06/2014	3
Esguelha ideológica. Xico Graziano – O Estado de São Paulo, Opinião. 10/06/2014 ...	3
Assentado gaúcho renegocia dívida do Pronaf com desconto – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/06/2014.....	5
Rondônia: Banco da Amazônia convoca assentados para renegociação – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/06/2014	6
Desembolso de crédito rural cresce 35,2% no acumulado de 2013/14. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 17/06/2014	7
Famílias de assentamento baiano conhecem os novos créditos para reforma agrária no Plano Safra – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/06/2014.....	8
CMN aprova aumento do limite de crédito rural por beneficiário. Lucas Marchesini e Edna Simão – Valor Econômico, Agronegócios. 20/06/2014.....	9
CMN define encargos para operações contratadas por grandes produtores. Eduardo Campos e Edna Simão – Valor Econômico, Agronegócios. 25/06/2014	9
Funcafé libera R\$ 800 mil para cafeicultura em MG – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 27/06/2014.....	10
CMN amplia prazo para renegociação de dívida do Pronaf. Eduardo Campos – Valor Econômico, Agronegócios. 30/06/2014	11

Incra/SC auxilia assentados na renegociação de dívidas com Pronaf – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/06/2014

Equipes da Superintendência Regional do Incra em Santa Catarina e da cooperativa que presta Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) estão contatando os 2.247 assentados catarinenses que possuem débitos com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para efetivarem a renegociação das dívidas até o dia 30 de junho de 2014.

O prazo foi instituído pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.298/13, que prevê a liquidação ou renegociação as dívidas do Pronaf A e A/C, contraídas junto ao Banco do Brasil, com descontos de 80% (no caso de quitação) e 40% (na renegociação parcelada) sobre o saldo devedor atualizado.

Na semana passada, sessenta e cinco famílias assentadas nos municípios de Rio Negrinho, Rio dos Cedros e Itaiópolis puderam emitir na hora seus boletos para quitação da dívida durante visita dos técnicos e no acesso à Sala da Cidadania Digital do Incra. Nesta semana, será a vez dos assentados de Calmon (o segundo município do estado em número de inadimplência com o Pronaf), Caçador e Matos Costa receberem atenção especial. Já no Oeste do Estado, o foco dos trabalhos está no município de Abelardo Luz, que possui o maior número de assentados e também de inadimplentes. A visita dos técnicos busca auxiliar os assentados. Entretanto, eles mesmos podem acessar o sistema da Sala da Cidadania Digital disponibilizada pelo Incra na internet.

Sala da Cidadania Digital

Parceria firmada entre o Incra e o Banco do Brasil permitiu que a renegociação das dívidas do Pronaf fosse realizada no ambiente virtual da Sala da Cidadania, disponível para acesso pelo portal do Incra (www.incra.gov.br).

A renegociação é o serviço âncora oferecido na Sala da Cidadania. O portal pode ser acessado diretamente na rede mundial de computadores ou na rede física montada nas superintendências regionais e unidades avançadas do Incra, além de sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, etc.

Para acessar o sistema, o interessado clica em “renegociação de dívidas” e insere o número do CPF e data de nascimento do assentado. Em seguida, opta pela negociação à vista ou parcelada. O boleto é emitido no ato e poderá ser pago em qualquer banco ou correspondente bancário.

Esguelha ideológica. Xico Graziano – O Estado de São Paulo, Opinião. 10/06/2014

O teatro separatista, mais uma vez, repetiu-se no campo. Na primeira cena, o governo anuncia o Plano Agrícola e Pecuário para a "agricultura empresarial". Passado alguns dias, divulga o Plano Safra da "agricultura familiar". Belos discursos, amoldados para cada evento, animam uma trama típica do maniqueísmo político. Um país, duas agriculturas.

O Brasil é a única nação importante do mundo que separa a sua agropecuária em dois lados: o do "agronegócio" e o "familiar". Uma política que deveria reforçar a ação pública em favor dos pequenos produtores no campo, desgraçadamente, serve ao modo de governar que distingue a sociedade entre "nós" e "eles". Ou, pior, entre os "bons" e os "maus". Dividir para reinar, ensinava Maquiavel.

Quem, em 1996, criou o programa de apoio e fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf) foi o então presidente Fernando Henrique Cardoso. A ideia inicial era, na prática, resguardar uma fatia dos recursos do crédito rural - sempre abocanhado pelos poderosos do agro -, obrigando sua alocação compulsória aos pequenos produtores rurais. Estes foram definidos como os de área máxima com até quatro módulos fiscais. Havia ainda a destinação de recursos públicos, a fundo perdido, para investimentos na infraestrutura de produção e comercialização de núcleos associativos e cooperativados. Funcionou muito bem.

Essa estratégia de desenvolvimento rural considerava que, pequenos ou grandes, todos os agricultores, independentemente das características da produção, precisam e merecem progredir na vida, incorporando as modernas tecnologias para elevar a produtividade, conquistar qualidade, conseguindo, assim, competir na economia de mercado. Sob esse prisma, qualquer política voltada para o meio rural deve ser integradora. Jamais divisionista.

Ao mudar o governo, de Fernando Henrique Cardoso para Lula, a gestão da agricultura brasileira acabou separada em dois ministérios. A partir de então, o conceito de "agricultura familiar" começou a ser totalmente deformado, passando a significar os "pobres" no campo, em oposição aos "ricos", aglutinados no "agronegócio". Jamais, em tempo algum, se produziu tamanha bobagem no pensamento agrário. Mera, e retrógrada, ideologia.

Sabem os estudiosos da economia e da administração, mesmo os iniciantes, que por "familiar" se considera a gestão de um negócio, independentemente do tamanho do empreendimento. Ao contrário das corporações, uma empresa familiar se rege pelas decisões de seus próprios donos. Na agricultura significa que os proprietários tocam com seu trabalho a fazenda, havendo apenas auxílio eventual de mão de obra assalariada. Familiar, sempre, refere-se ao comando da atividade produtiva.

Nos EUA, as estatísticas mostram que cerca de 90% dos agricultores se classificam como familiares. Graças ao avanço da mecanização, um pai com dois filhos, por exemplo, mostra-se capaz de conduzir áreas de terra cada vez maiores, submetidas à elevada tecnologia. Essa tendência da agricultura norte-americana se assemelha aqui, no Brasil, especialmente à das fronteiras do Centro-Oeste. Grandes fazendas, com soja ou milho, exploram-se espetacularmente com mão de obra familiar, não raro a mulher participando dos trabalhos de campo, sentada no banco do trator, ao lado do marido e dos filhos. Agronegócio familiar.

Inexiste contradição nos termos. Mas, por aquelas razões difíceis de explicar, talvez por causa da histórica ojeriza ao sistema latifundiário, aqui somente se considera familiar quem é pequeno produtor rural. Passou a ser o tamanho, e não a gestão, o critério fundamental. Remetido ao jogo da política, o conceito de agricultor familiar desvirtuou-se completamente, acabando associado à pobreza rural, ao atraso, à subsistência na terra. Nele se incluíram os assentamentos da reforma agrária.

A esquelha ideológica cresce quando se limita o agricultor familiar à produção de comida popular. O discurso enviesado diz assim: "O agronegócio serve à exportação, quem alimenta o povo é a agricultura familiar". Besteira pura. No Paraná, por exemplo, que é grande produtor nacional de soja, quem domina o campo são os sitiantes enquadrados no Pronaf. Seu sucesso depende do cooperativismo. Na famosa Cocamar, situada em Maringá, entre 12 mil associados, 80% cultivam até 50 hectares. Conduzem suas lavouras familiarmente, participam diretamente do agronegócio, remuneram-se pela receita da exportação dos grãos. Modestos, mas capitalistas, numa boa.

Sim, é verdade que a maioria dos alimentos básicos (arroz, feijão, mandioca, leite, batata) advém de pequenas propriedades. Fato estatístico. Quando, porém, se analisam as condições da produção e o fluxo de comércio, verifica-se que, majoritariamente, o abastecimento nas grandes cidades se garante pelo trabalho de agricultores que, embora pequenos, utilizam elevada tecnologia, ligados no mercado. Pequenos, e bons, empresários rurais.

Essa complexidade da economia agrária submerge no palco da encenação política. Quando a presidente Dilma Rousseff anunciou, primeiramente, um crédito de R\$ 156,1 bilhões para o agronegócio e, depois, de R\$ 24,1 bilhões para a agricultura familiar, cavou artificialmente um fosso que, na realidade, inexistia na roça. As cerimônias turvam a realidade agrária.

A agricultura sustentável de que o Brasil carece não se construirá apartando os agricultores entre patronais e familiares, como se existissem os de primeira e os de segunda classe. Ao contrário. Ao favorecer os mais fracos, incluindo os assentados da reforma agrária, uma política agrícola inteligente buscará integrá-los, juntos, ao ciclo do progresso tecnológico no campo.

Sem segregação.

Assentado gaúcho renegocia dívida do Pronaf com desconto – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/06/2014

“Agora tá tudo resolvido. Não tem coisa melhor”. As palavras do assentado Silvestre de Oliveira resumem a oportunidade que outras 4.842 famílias do Rio Grande do Sul têm até o próximo dia 30: renegociar dívidas do Pronaf A e AC com descontos. Oliveira, morador do assentamento Santa Rita de Cássia II, em Nova Santa Rita(RS), foi o primeiro agricultor atendido diretamente na sede do Incra/RS embora a renegociação possa ser feita de qualquer computador com internet, pelo portal Sala da Cidadania

(<http://saladacidadania.incra.gov.br>).

Para Oliveira, a renegociação foi muito importante. “Vou ficar... como é mesmo? Adimplente”. Isto significa a possibilidade de elaborar novos projetos para o lote. “Quero muito criar peixes, e também ovelhas”, conta o assentado, que sempre trabalhou com hortaliças.

A renegociação com desconto foi garantida pelo Decreto Nº 8.177, de 27/12/2013, e é válida para operações do Pronaf A e AC contratadas até 2010 e em situação de inadimplência em 2013. No caso de Oliveira, duas operações foram renegociadas: a dívida de R\$ 14,8 mil, com descontos (40% em uma operação e 45% em outra), ficou em R\$ 8,1 mil. O agricultor optou por dez prestações anuais, a primeira vencendo em 2015. Uma entrada de R\$ 742 já será paga no final deste mês.

Opções

Além da renegociação com desconto, o decreto também estipulou a possibilidade de quitação da dívida do Pronaf A e AC, em parcela única com abatimento maior: 80%. Ao contrário da renegociação – que deve ser encaminhada até o dia 30 de junho – a liquidação da dívida nestas condições pode ser efetuada até 31/12/2014. Mesmo Oliveira, que já renegociou, poderá quitar o novo valor desta maneira até o final do ano, como explicou ao assentado a coordenadora do setor de Crédito/Habitação do Incra RS, Andréa dos Santos.

Para renegociar ou liquidar os valores devidos, o assentado precisa apenas acessar a Sala da Cidadania Digital e informar seu CPF e data de nascimento. A operação pode ser feita de qualquer computador, e as famílias podem procurar o Incra ou a assistência técnica para informações.

“Foi fácil”, informa Oliveira. “Liguei e a servidora do Incra me explicou e disse para eu vir. Hoje, já estava cedinho aqui. Agora é manter o pagamento correto”, anuncia.

Rondônia: Banco da Amazônia convoca assentados para renegociação – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/06/2014

As superintendências do Banco da Amazônia (Basa) e do Incra em Rondônia (Incra/RO) estão intensificando as ações para garantir ampla adesão à renegociação de dívidas de assentados no estado.

A liquidação ou renegociação será para as operações de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), nos grupos A e A/C.

Serão reavaliados os contratos feitos até 31 de dezembro de 2010, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.298. O prazo para aderirem as renegociações se encerra em 30 de junho e os assentados têm até o final do ano para quitarem as dívidas.

Até 80% de desconto

O superintendente regional do Banco da Amazônia, Edmar Souza Bernaldino, destacou que há a possibilidade de desconto de 80% no valor total, mas que os interessados têm que assinar o termo de adesão até o dia 30 de junho. “Nossas agências estão preparadas, enviamos a relação dos agricultores que poderão ser beneficiados à Emater, Fetagro e ao Incra, um total aproximado de dois mil contratos, e queremos atingir todo esse universo”, afirmou.

Os assentados que têm interesse em quitar ou renegociar suas dívidas devem procurar a Sala da Cidadania do Incra até essa data para manifestar seu interesse, ou a equipe de assistência técnica de seu assentamento ou também a agência do Basa.

O superintendente regional do Incra, Luís Flávio Carvalho Ribeiro, frisou que esse é um momento histórico em que o Governo Federal faz a maior renegociação de dívidas da reforma agrária. “O estado de Rondônia será muito beneficiado com esse incentivo à agricultura familiar que é muito expressiva aqui”, ressaltou.

A estimativa nacional é de que 76.295 famílias assentadas sejam beneficiadas com o acordo em 955 municípios brasileiros. O valor total da dívida chega a R\$ 2,4 bilhões em 233 mil operações de crédito, o que representa um valor médio atualizado por família de R\$ 10.300.

Benefícios

Quem liquidar a dívida receberá um rebate de 80% em seu valor total, com prazo de liquidação até o dia 31 de dezembro de 2014. Os interessados na renegociação receberão um bônus de adimplência de 50%, nas regiões Sudeste e Norte, e de 45% das demais regiões. Para a renegociação, o prazo para pagamento é de até dez anos, com vencimento da primeira parcela em 2015.

R\$ 50 milhões

O superintendente do Banco da Amazônia informou que o banco está disponibilizando recursos para novos financiamentos do Pronaf-A, com o valor total estimado em R\$ 50 milhões para uma média de duas mil novas operações. As famílias assentadas podem apresentar projetos para todas as atividades autorizadas no assentamento, através da assistência técnica do Incra, no valor de até R\$ 20.500,00. Os Juros serão de 0,5% ao ano, com carência de três anos, em até sete parcelas anuais.

Desembolso de crédito rural cresce 35,2% no acumulado de 2013/14. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 17/06/2014

SÃO PAULO - Os financiamentos rurais concedidos pelo governo federal por meio do Plano Safra 2013/14, que se encerra oficialmente em 30 de junho, chegaram a R\$ 145,4 bilhões entre julho do ano passado e maio deste ano, alta de 35,2% ante os R\$ 107,5 bilhões desembolsados no mesmo intervalo da safra 2012/13, segundo dados divulgados

hoje pelo Ministério da Agricultura. Com isso, os agricultores do país já tomaram 92,6% dos R\$ 157 bilhões oferecidos pelo Plano Safra.

Do total de crédito rural desembolsado no acumulado da safra 2013/14 até maio, R\$ 128,6 bilhões se referem aos financiamentos para a chamada agricultura empresarial. Esse montante representa um acréscimo de 37,8% na comparação com os R\$ 93,3 bilhões que haviam sido liberados para a agricultura empresarial no mesmo período da safra anterior.

Ao todo, o Plano Safra prevê destinar R\$ 136 bilhões para a agricultura empresarial no acumulado da safra 2013/14. Desse modo, os recursos desembolsados até maio respondem por 94,6% desse total.

Para a agricultura familiar, foram desembolsados até maio R\$ 16,7 bilhões, incremento de 17,6% ante os R\$ 14,2 bilhões aplicados em igual intervalo do ciclo 2012/13. Esses recursos representam, ainda, 79,8% do total previsto a ser destinado no acumulado da safra 2013/14.

Famílias de assentamento baiano conhecem os novos créditos para reforma agrária no Plano Safra – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/06/2014

As novas modalidades de créditos para reforma agrária foram apresentadas às famílias do assentamento Ana Rosa, nesta terça-feira (17), na sede Superintendência Regional do Incra na Bahia. O Ana Rosa, onde residem 59 famílias de trabalhadores rurais, está localizado no município de Pojuca, no Litoral Norte do estado.

O chefe da Divisão de Desenvolvimento, Victor Fernandes, informou que os recursos serão aplicados por meio do Plano Safra 2014/2015, nas linhas específicas para reforma agrária. “O pagamento será individualizado e cada assentado terá um cartão magnético próprio para movimentar os recursos dos créditos”, explica Fernandes.

Os primeiros créditos são Apoio I e Apoio II, que somam R\$ 5,2 mil por famílias, porém as famílias do Ana Rosa não têm direito mais a esse recurso, pois já acessaram na modalidade antiga de crédito do Incra. Os trabalhadores rurais dessa área vão poder receber o Fomento, no valor de até R\$ 6,4 mil. Há ainda o Fomento Mulher, para implantar projetos produtivos sobre responsabilidade da mulher que é titular do lote, no valor de R\$ 3 mil.

Fechando o ciclo do Crédito Instalação, os assentados terão acesso ao Crédito de Inclusão Produtiva - no valor R\$ 4 mil por ano, em três parcelas. E ainda ingressarem no Estruturação Produtiva, que é o Mais Alimentos para a Reforma Agrária em três operação de 7,3 mil cada. Tudo com acompanhamento da extensão rural.

Fernandes frisou que as famílias precisam estar inscritas no CadÚnico, do Programa Brasil Sem Miséria, da prefeitura do município onde elas moram, para acessarem aos recursos.

Produtos

Na oportunidade, as famílias do Ana Rosa trouxeram uma mostra de suas plantações, tais como mandioca, laranja, hortaliças, farinha, banana, maracujá e ovos. Além dos alimentos demonstrados, os trabalhadores rurais também criam gado e ovelhas.

CMN aprova aumento do limite de crédito rural por beneficiário. Lucas Marchesini e Edna Simão – Valor Econômico, Agronegócios. 20/06/2014

BRASÍLIA - O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou quatro votos agrícolas em reunião extraordinária realizada nesta sexta-feira, em Brasília.

O primeiro deles disponibilizou R\$ 900 milhões para o financiamento de capital de giro para o setor, sendo até R\$ 200 milhões para as indústrias de café solúvel, até R\$ 300 milhões para as de torrefação de café e até R\$ 400 milhões para as cooperativas de produção. A taxa de juro é de 7,5% ao ano a partir de 1º de julho deste ano.

Outro voto ajusta “as normas de financiamento de custeio, de investimento e de comercialização com recursos controlados e livres do crédito rural com o intuito de propiciar melhores condições para o desenvolvimento do setor agropecuário na safra 2014/2015”, de acordo com nota divulgada pelo Ministério da Fazenda.

Esses ajustes consistem em, entre outros, na elevação do limite de crédito rural de R\$ 1 milhão para R\$ 1,1 milhão por beneficiário em cada safra. Além disso, também foi elevado o limite de crédito para investimento rural, que passou de R\$ 350 mil para R\$ 385 mil.

No terceiro voto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) alterou normas dos programas de investimento agropecuários. Essas alterações atingem oito programas da instituição financeira.

Por fim, o CMN também fez mudanças no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Entre as alterações está a elevação “de R\$ 50 mil para R\$ 70 mil do teto de financiamento para aquisição de colheitadeira automotriz”.

CMN define encargos para operações contratadas por grandes produtores. Eduardo Campos e Edna Simão – Valor Econômico, Agronegócios. 25/06/2014

BRASÍLIA - O Conselho Monetário Nacional (CMN) editou novas resoluções que complementam as modificações propostas no Plano Safra 2014/15.

De acordo com Francisco Erismá, coordenador-geral de crédito rural e normas da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, o CMN definiu os encargos financeiros para as operações contratadas por produtores de maior porte para a realização de financiamentos de custeio e investimento em regiões atingidas pela seca.

Como a chuva já chegou a diversas regiões, explicou Erismá, apenas aquelas determinadas pelo Ministério da Integração Nacional, poderão utilizar o benefício.

Em linha com a alta na taxa de juros de outras modalidades de crédito rural, o encargo de custeio subiu de 5% para 6%, enquanto o custo para investimento subiu de 3,5% para 4,5%. No caso das linhas voltadas ao médio produtor (Pronamp) também nas regiões de seca, as taxas subiram de 4% para 5% para o custeio, enquanto a taxa para investimentos subiu de 2% para 3%.

Em outro voto, o CMN autorizou a criação de uma nova linha de crédito chamada Pronaf Produtivo Orientado, que disponibilizará crédito com assistência técnica obrigatória. Segundo Erismá, para operações na região Norte o agricultor familiar terá até R\$ 4,5 mil para pagar por essa ajuda técnica a ser utilizada no desenvolvimento da produção. Para as regiões Centro-Oeste e Nordeste, o valor é de R\$ 3,3 mil.

O CMN também deu novo estímulo à linha Pronaf Agroecologia, que beneficia o investimento em produtos chamados de agroecológicos. Os encargos financeiros dos investimentos caíram de 2% para 1%.

Funcafé libera R\$ 800 mil para cafeicultura em MG – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 27/06/2014

Parceria com a Emater/MG incentiva o desenvolvimento da cafeicultura mineira

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater/MG) firmaram parceria no valor de R\$ 800 mil com o objetivo de apoiar a realização das etapas do Circuito Mineiro de Cafeicultura em 2014 e 2015, além de atividades para a qualificação de extensionistas e de cafeicultores mineiros. A iniciativa visa promover o desenvolvimento da atividade cafeeira em mais de 500 municípios mineiros produtores de café.

A qualificação contará também com a distribuição de materiais sobre a cadeia produtiva do café e visitas técnicas de extensionistas da Emater/MG. A intenção é orientar os cafeicultores no aspecto produtivo, social, econômico e ambiental acerca das atividades que executam.

A secretária de Produção e Agroenergia, Cleide Laia, ressalta a importância da iniciativa. “Minas Gerais responde por 53,89% da produção brasileira de café e gera mais de 4 milhões de empregos diretos e indiretos, o que mostra sua importância não só econômica, mas também social para o estado e o Brasil. Esta parceria buscará melhorar a qualidade de produção e aumentar a produtividade, além de diminuir os custos de produção e ampliar a renda dos cafeicultores”.

As etapas em 2014 do Circuito Mineiro de Cafeicultura serão realizadas em 13 municípios de MG: Três Pontas; Paraguaçu; Andradas; Nova Resende; Guaxupé; Ouro Fino; Pedralva; Lavras; Campo Belo; Carmo da Cachoeira; Passos; Claraval e Boa

Esperança. Em 2015, está prevista a realização de 30 eventos em municípios a serem definidos em janeiro de 2015. O Circuito levará informações técnicas aos participantes e possibilitará a integração entre agricultores, técnicos, lideranças municipais, universidades, institutos federais, instituições de pesquisa, cooperativas, indústria e comércio desta cadeia produtiva, mediante palestras e/ou demonstrações técnicas.

As demais atividades incluirão a realização de cursos de capacitação sobre gestão da implantação, produção, colheita, processamento, armazenamento e comercialização de café para 160 extensionistas da Emater/MG, que com os conhecimentos adquiridos promoverão três assistências técnicas para cerca de 6.200 cafeicultores, totalizando 18.600 visitas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). E, ainda, serão produzidos e disponibilizados materiais técnicos e folhetos aos cafeicultores, abordando temas como implantação de cafezais, manejo de cafezais em produção, colheita e preparo, boas práticas ambientais na cafeicultura, distúrbios fisiológicos, pragas e doenças do cafeeiro, entre outros.

CMN amplia prazo para renegociação de dívida do Pronaf. Eduardo Campos – Valor Econômico, Agronegócios. 30/06/2014

BRASÍLIA - Em reunião extraordinária, o Conselho Monetário Nacional (CMN) ampliou o prazo de adesão ao programa de renegociação de dívidas relativas a contratos de financiamento contratados dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Fica aberta a possibilidade de descontos de até 80% para os créditos com liquidação prevista até 30 de junho de 2015. Antes esse prazo era até 31 de dezembro de 2014.

Agora, o mutuário tem até 30 de dezembro de 2014 para manifestar formalmente à instituição financeira interesse em renegociar a operação. Antes, essa formalização tinha de ocorrer até 30 de junho de 2014.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa